

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na conferência “Direitos Humanos e Defesa”, no âmbito das Jornadas Descentralizadas de Segurança e Defesa, do Instituto da Defesa Nacional.

Teatro Miguel Franco, Leiria, 21 de setembro de 2020

Permitam-me que comece por dirigir uma palavra de apreço à Câmara Municipal de Leiria, na figura do Sr. Presidente Gonçalo Lopes, pela parceria que tem aprofundado com a Defesa Nacional, em particular ao longo dos últimos meses.

Estivemos aqui em julho para a assinatura, com todos os municípios do distrito, dos protocolos de promoção do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz. Estivemos juntos, no início desta tarde, numa sessão com empresários da região e onde alguns dos senhores presidentes de câmara da Comunidade intermunicipal de Leiria estiveram presentes, para debater as oportunidades da economia da defesa.

E estamos aqui novamente para abrir estas jornadas que irão debater e desenvolver as temáticas da segurança e da defesa

com as pessoas que fazem esta comunidade, com aquelas e aqueles que podem criar pontes entre quem aqui vive e a Defesa Nacional. No meu entender, só assim, nesta proximidade e nesta interação, podemos ambicionar criar uma política de defesa que responda às necessidades dos portugueses e às suas aspirações.

E o Instituto da Defesa Nacional é fundamental para esse objetivo. Temos dado a conhecer a Defesa Nacional através do trabalho empenhado de toda a equipa do Instituto e sob a liderança da sua Diretora, a Prof. Helena Carreiras. O seu contributo para a difusão de uma “cultura de segurança e defesa” tem permitido que os portugueses, em todo o território nacional e fora dele, participem na Defesa Nacional e a entendam como um dever e uma oportunidade de cidadania.

O meu muito obrigado a todos, pelo vosso trabalho em tornar estas jornadas descentralizadas possíveis, tanto mais que continuamos a viver tempos desafiantes para o exercício da cidadania no espaço público.

Assinalamos, em 2020, os 70 anos da Convenção Europeia de Direitos Humanos. Este instrumento jurídico, a que os Estados europeus decidiram livremente vincular-se há 7 décadas, é o resultado de um consenso alargado na Europa, de que toda a vida humana deve ser salvaguardada e de que os Estados, por força dos vínculos de humanidade e cidadania, têm obrigações para com os indivíduos, devendo garantir-lhes o exercício desses direitos.

Este consenso, muito impulsionado pelo custo dramático das

duas Grandes Guerras do século XX, fez um caminho de consolidação e crescente exigência até aos nossos dias, seja no ordenamento jurídico-político de cada Estado parte desta convenção, seja no ordenamento jurídico-político internacional.

Também as Forças Armadas e a própria condução da guerra foram mudadas pela experiência trágica do século XX. Basta recordar a importância fundamental das Convenções de Genebra sobre o Direito Internacional Humanitário aplicável a conflitos armados.

Mais recentemente, a proteção de civis passou a ser assumida unanimemente pelo conjunto dos Estados membros da ONU, como uma missão fundamental das intervenções armadas mandatadas pela ONU. Isso mesmo ficou contemplado com a

inclusão do princípio da Responsabilidade de Proteger, no documento com as conclusões da Cimeira Global de 2005. Sabemos que este tem sido um compromisso difícil de manter. Sabemos que é um compromisso muito exigente em situações de combate. Mas sabemos também que é uma exigência fundamental. Não faz sentido intervirmos militarmente para ajudar populações civis em situações de risco extremo, se não formos capazes de as proteger com o mínimo de eficácia. É precisamente isso que tem feito o contingente português na República Centro-Africana, para quem a proteção das populações está no epicentro do seu mandato.

Por seu lado, também a abertura das Forças Armadas a uma maior diversidade de pessoas é outro importante desenvolvimento, mais recente, fundamental para

percebemos a ligação entre Direitos Humanos e Defesa. Embora também aí persistam barreiras à sua plena realização, esta é uma dinâmica fundamental. É fundamental numa lógica do direito básico de todas as pessoas a serem tratadas igualmente. É fundamental também como forma de garantir que temos nas nossas missões um conjunto de talentos e experiências de vida diversificados e por isso mais aptos à empatia e à defesa ativa dos direitos do conjunto muito diverso de civis com que vão lidar.

A esse respeito, a educação é um pilar fundamental da criação e difusão dos princípios básicos da nossa sociedade. A Constituição portuguesa, fruto da revolução de abril de 1974, abriu portas para uma visão democrática do nosso país e da

educação, permitindo que a pluralidade de visões convivesse no nosso sistema educativo.

Claro que a Constituição reflete a vontade do país em se afastar da experiência ditatorial do regime salazarista e, em democracia, o nosso país tem encontrado equilíbrios entre orientações mais liberais, mais socialistas ou mais conservadoras, conforme as dinâmicas predominantes na sociedade, livremente expressas pelo voto.

O acervo de direitos humanos universais que a Constituição portuguesa emula e reflete são, eles próprios, um amplo consenso em Portugal e na Europa Ocidental, incluindo direitos civis e políticos, a par de direitos económicos, sociais e culturais, bem como os direitos de terceira geração – os chamados direitos de solidariedade.

É com esta herança que vivemos hoje. Uma herança que é a um só tempo produto de consensos, e enriquecida por uma diversidade de posições e por permanente debate.

Ora, a Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, que constitui o Referencial desenvolvido pelo Ministério da Defesa Nacional e pelo Ministério da Educação no âmbito da Educação para a Cidadania, é, no nosso entender, um instrumento que permite que os nossos jovens em idade escolar tenham acesso a informação relevante ao exercício da sua cidadania de forma consciente e informada. E esta é uma das responsabilidades fundamentais da escola – formar cidadãos. Não nos equivoquemos a este respeito. Ser cidadão não é algo de facultativo, e o período formativo da nossa

juventude deve ajudar a abrir os olhos para aquilo que significa esta responsabilidade da vida adulta.

A educação para a cidadania não pretende ser uma oportunidade de endoutrinação dogmática como se verificava no regime do Estado Novo. A educação para a cidadania do Portugal democrático, onde a Defesa Nacional participa, é a base para que os nossos jovens possam desenvolver a sua própria visão, mais bem informada, neste caso sobre o papel das Forças Armadas e de Segurança e Defesa na vida do nosso país.

Como podemos esperar que os portugueses discutam com conhecimentos mínimos a atribuição de verbas no orçamento de Estado à Defesa Nacional? Como podemos esperar que os jovens façam uma opção informada por servir nas fileiras das

Forças Armadas? Como podemos esperar que debatam com conhecimento de causa as nossas alianças ou as nossas missões no exterior? Só informando, só estimulando a participação, podemos ambicionar ter políticas públicas democraticamente válidas. E para o exercício desse direito, a educação é essencial.

Nas últimas semanas em Portugal, a educação para a cidadania esteve envolta em polémica. Permitam-me que deixe a minha posição sobre esta matéria absolutamente clara. Este é um debate legítimo. Mas participando com franqueza nele vos digo que me parece que pôr de lado esta disciplina, este espaço de discussão e debate mais informado nas escolas, tendo por base as normas básicas da nossa Constituição, a coberto do dogma da total e absoluta liberdade de escolha individual, não me parece aceitável.

Sabemos bem que alguns gostariam de importar para o nosso país as chamadas guerras culturais que tanta devassa têm causado em outros países, degradando o valor do conhecimento científico e estabelecendo para a escolaridade regiões tabu com argumentos que são espúrios ou ultramontanos, e que revelam sobretudo a ideia de que poderá aqui haver um filão eleitoral a explorar. Compete aos portugueses impedir que a educação para a cidadania seja vítima destas manobras.

O acervo de direitos humanos que a nossa Constituição reflete é o da Convenção Europeia de Direitos Humanos, que hoje aqui celebramos. E é, ainda, a base com a qual a grande maioria dos cidadãos, em Portugal e na Europa, felizmente, se identifica. Como tal, deve ser a base da educação para a

cidadania que o Estado promove na sua missão de formar cidadãos emancipados e informados. E aqui, a educação para a segurança, a defesa e a paz continuará a ter um contributo determinante para esse processo.

A construção de uma paz durável no mundo terá de passar pela construção de um mundo mais justo para todos. O combate às injustiças globais mais gritantes exige que não abandonemos a luta por este acervo de direitos fundamentais. A defesa dos direitos fundamentais em todas as latitudes do globo só é credível se dentro das nossas comunidades eles se mantiverem como um esteio da nossa ação.

Olhando para as missões que as nossas Forças Armadas cumprem ao serviço das Nações Unidas, da União Europeia ou

da NATO, como se justificaria o envio das nossas mulheres e dos nossos homens para a Republica Centro-africana, para o Mali ou para o Afeganistão, senão com base no reconhecimento de um conjunto de direitos que são universais e inalienáveis? Como podemos continuar a apoiar os nossos parceiros senão com base no princípio de que compete ao Estado garantir esses direitos fundamentais da sua população? É precisamente com base nesta visão que trabalhamos cá dentro e lá fora.

Termino com uma nota relativa aos desafios imensos que as nossas sociedades enfrentam no equilíbrio difícil entre segurança e liberdade. Não sendo um apologista de discursos alarmistas que justifiquem o aumento dos poderes de controlo do Estado sobre os cidadãos, as funções que exerço exigem que saibamos garantir a melhor preparação e a melhor

resposta do nosso país às crises e ameaças que sobre nós pairam.

Às Forças Armadas compete a defesa militar da República, bem como a satisfação dos compromissos internacionais do Estado Português, incluindo em missões humanitárias e de paz, e ainda colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

A recente experiência de combate à pandemia da COVID-19 demonstrou sem qualquer dúvida a importância de ter Forças Armadas com elevados níveis de prontidão, equipadas e disponíveis para responder aos desafios do nosso país. E aqui incluo os desafios da ciberdefesa mais vitais do que nunca, numa economia e numa sociedade da comunicação e

informação. Ora, uma resposta desta natureza só é possível com uma aposta na valorização da função militar e com a sua integração plena no planeamento nacional de resposta a emergências. A liberdade de cada português continuar a exercer a sua cidadania só pode ser garantida se as estruturas que suportam a nossa vida em sociedade forem mantidas. E essa foi, nesta crise, como noutras que se possam avizinhar, uma função essencial das Forças Armadas e uma prioridade da Defesa Nacional.

Estou certo de que os portugueses reconheceram e continuarão a reconhecer o importante contributo que os três ramos das Forças Armadas, sob a coordenação do EMGFA, deram para executar as orientações políticas da tutela e do governo. E estou certo de que reconhecem nas suas Forças Armadas um garante último da sua liberdade.

Sabemos, contudo, que é permanentemente necessário recordar estas realidades, pois se não o fizermos, será demasiado tarde quando formos confrontados com uma emergência. Esta é uma das razões fundamentais pelo elevado valor que atribuo a sessões como esta.

Agradeço a todos a vossa atenção.

Muito obrigado.